



HISTÓRIA DA ÁFRICA E HISTÓRIA ATLÂNTICA: CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES

Mariana Schlickmann¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar três diferentes momentos da historiografia africana, tendo por base a classificação elaborada por Carlos Lopes. Também pretende discutir acerca da História Atlântica, perspectiva que se desenvolve à partir da década de 1970, e que atualmente está consolidada e que norteia uma grande quantidade de trabalhos sobre História da África.

Palavras-chave: história atlântica; história da África e da diáspora africana; historiografia.

AFRICAN HISTORY AND ATLÂNTICO HISTORY: CONTRIBUTIONS AND POSSIBILITIES

Abstract: This article aims to analyze three different moments in African historiography, based on the classification elaborated by Carlos Lopes. It also discusses about the Atlantic History, perspective that develops from the 1970s, and currently guides a large number of work on African History.

Keywords: atlantic history; African and african diaspora history; historiography.

HISTOIRE AFRICAINE ET HISTOIRE DE L' ATLANTIQUE: CONTRIBUTIONS ET POSSIBILITES

Résumé: Cet article vise à analyser trois différents moments dans l' historiographie africaine, en aient pour base la classification élaboré par Carlos Lopes. Aussi pretends discuter sur l'histoire de l' Atlantique, perspective qui est se développé à partir des années 1970, et est actuellement consolidée et qui guide beaucoup de travail sur l' histoire africaine.

Mots-clés: histoire de l' atlantique; histoire de l' Afrique et de la diaspora africaine; historiographie

HISTÓRIA DE LA ÁFRICA E HISTÓRIA ATLÂNTICA: CONTRIBUCIONES Y POSIBILIDADES

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar tres diferentes momentos de la historiografía africana, lleva como base la clasificación elaborada por Carlos Lopes. También pretende discutir acerca de la Historia Atlántica, perspectiva que se ha desarrollado a partir de la década de 1970, y que actualmente está consolidada y que norteia una gran cantidad de trabajos sobre Historia de la África.

Palabras-clave: historia atlántica; historia de la África y de la diáspora africana; historiografía

¹ Graduada em História Social da Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC e do Instituto Cultural Luisa Mahin. Contato: mariana.schli@gmail.com



“Talvez no futuro exista alguma História da África para ensinar. Mas neste momento não há nenhuma, ou muito pouca: há somente a história da Europa na África”. (Yerxa apud Trevor-Roper, 2008, p.3, tradução da autora.)

Esta frase, proferida por Hugh Trevor-Roper em 1963, espelha a realidade daquele momento, onde investigar o passado do continente africano era prática realizada por poucos, e mesmo sendo considerada inovadora, a maioria dos historiadores não a consideravam importante, ou até mesmo viável. Além disso, os estudos sobre história da África eram escassos, e o pouco conhecimento acadêmico construído não transpassava os muros das universidades, ou seja, não tinha reflexo na sociedade.

Contudo, hoje, já na segunda década do século XXI, a situação - tanto dos estudos quanto do ensino de história da África - é outra. Ocorreu uma grande abertura para a temática, inúmeros trabalhos foram publicados, a área está consolidada e vem se aprimorando e renovando com novas perspectivas historiográficas.

Neste sentido, este artigo pretende analisar o atual momento da historiografia africana, principalmente a Atlantic History, que se constituiu como um novo campo de pesquisa, bem como analisar a trajetória destes estudos através das correntes historiográficas que nortearam as pesquisas dos historiadores desde a segunda metade do século XX até os dias atuais.

CONTEXTO INTERNACIONAL

De acordo com Carlos Lopes, a historiografia africana pode ser dividida em três correntes: da Inferioridade Africana (1840 – 1950), da Superioridade africana (1950 – 1970) e da Nova Escola de Estudos Africanos (de 1970 em diante). Esta divisão feita pelo cientista social guineense não implica em barreiras fixas que delimitam a produção historiográfica, pois uma se sobrepõe a outra, e influenciam trabalhos na mesma intensidade. Da mesma forma, certas correntes não chegaram no mesmo período à todos os lugares. Como no caso do Brasil, onde a segunda corrente aparece marcadamente nos anos 1980, e a última principalmente a partir dos anos 1990. Contudo, por categorizar as correntes historiográficas de maneira didática, esta repartição será nosso guia na discussão proposta pelo artigo.

A corrente da Inferioridade Africana iniciou-se no século XIX, tendo por base uma estrutura colonialista - que justificava a exploração do continente e de seus



habitantes pelos europeus -, e que era permeada pelos ideais do racismo científico,² o qual afirmava a existência de diferentes raças entre os seres humanos, e que dentre estas, os africanos estavam no menor grau hierárquico.

Deste modo, os africanos eram vistos como inferiores, e incapazes de possuir e ou produzir sua própria história. Diversos historiadores e intelectuais do período, embebidos pelo positivismo, reforçavam este pensamento, pois para a historiografia do momento, só eram consideradas fontes históricas os documentos escritos. Logo, as populações ao sul do Saara, por não possuírem códigos alfabéticos, eram marcadas pela ausência de história. Entre os principais pensadores deste momento encontra-se Hegel (1770 – 1831), que de acordo com Fage, também defendia esta visão ao dizer que:

“A África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento”. Os povos negros “são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje”. (Fage, 1982, p.8)

Os escritos dos viajantes e aventureiros se impregnaram desse viés. Dentre os mais famosos podemos citar os de Richard Burton, Hugh Clapperton, Gustav Nachtigal, John Speke, John e Richard Lander e Noel Baudin. Esta corrente historiográfica manteve-se em destaque até meados da segunda metade do século XX, quando a segunda, denominada Superioridade Africana surgiu e conquistou espaço. Entretanto, cabe destacar que traços deste pensamento que inferioriza o continente africano e seus habitantes, infelizmente ainda ecoa na atualidade.

Os estudos sobre África no período de 1940 à 1970 sofreram mudanças substanciais, da mesma forma que o continente passou por profundas transformações, pois neste período diversos países se tornaram independentes. De acordo com Oliva:

A fragmentação política do continente forçava a construção de histórias nacionais para cada região “inventada” pelos europeus e reinventada pelos africanos. De uma forma geral, a independência criou, por parte de uma nova elite política e intelectual, a necessidade da elaboração das identidades africanas dentro do continente e desse perante o mundo. Para isso, era imprescindível retornar ao passado em busca de elementos legitimadores da nova realidade e encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos dos novos países africanos e

² Maiores informações sobre as doutrinas raciais do século XX em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



da própria África. Por essa visão, o continente possuiria uma história tão rica e diversificada quanto a europeia. (Oliva, 2004, p. 24.)

Neste contexto, historiadores africanos como Joseph Ki-Zerbo e Cheick Anta Diop se dedicaram a escrever por uma nova perspectiva, pautada no ideal de que a África também tinha história, grandes civilizações e grandes heróis. Em simetria com o pan-africanismo, pretendíasse-se no momento, escrever a história de todo o continente, buscando encontrar uma identidade comum a todos os africanos.

Esta geração trouxe grandes contribuições para a consolidação da História da África como um campo legítimo de produção de conhecimento, como a coleção de oito volumes História Geral da África, lançada no início da década de 1980, e que foi um dos primeiros trabalhos contemporâneos acerca da África ao sul do Saara. Neste contexto, os primeiros trabalhos com fontes orais surgem, como o de Djbril Tamsir Niane, que escreveu um capítulo sobre o Mali para a Coleção História Geral da África. O trabalho de Niane sobre Sunjata Keita, governante do Mali no século XIII foi inteiramente baseado em fontes orais, como o próprio autor assegura.

Barbara M. Cooper afirma que os africanistas começaram a utilizar fontes orais antes das demais áreas da História, contudo critica a falta de diálogo, e muitas vezes a rixa entre os africanistas e demais historiadores que também se utilizavam de história oral, pois foram perdidas muitas possibilidades de aprimoramento metodológico para ambos. Philippe Joutard também partilha desta opinião quando afirma que a história oral não teria ficado tanto tempo marginalizada se o campo tivesse dialogado com a História da África, que foi pioneira em seu uso.

Cooper também credita ao trabalho de John Vansina um papel fundamental no desenvolvimento de uma metodologia para a credibilidade do uso de tal ferramenta e para a própria defesa da História da África como uma área em si capaz de produzir pesquisas com rigor historiográfico.

Este rigor historiográfico defendido por Vansina foi um dos grandes problemas desta corrente, pois tentava-se escrever uma história que se assemelhasse aos grandes feitos europeus, ora enaltecendo aspectos culturais – como o Egito Negro de Joseph Ki-zerbo³ - ora ressaltando os traumas coloniais.

³ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Volume 1. Portugal: Publicações Europa-América, 1972.

Nesta perspectiva, o eurocentrismo⁴ deu lugar ao afrocentrismo,⁵ e apesar de os historiadores africanos tomarem o lugar de protagonistas do momento, a falta de precisão historiográfica e de um refinamento metodológico para lidar com as fontes orais limitaram avanços nas pesquisas. Oliva afirma que ao utilizar:

[...] como “bandeira” maior a retórica de que os africanos possuiriam todas as qualidades apresentadas pelas populações de outros continentes e de que a África, de região periférica, passaria a ser pensada como região central da humanidade. Não que esses argumentos estivessem equivocados, mas o sentido ideológico e passional dos estudos comprometeu parte das pesquisas e teorias elaboradas. Oliva, 2004, p. 18)

Em fins da década de 1970, já havia uma enorme quantidade de trabalhos publicados, seminários, revistas especializadas e centros de estudos dedicados somente à temática, o que propiciam não só um maior debate, mas também um aprimoramento metodológico e a abertura para novas perspectivas historiográficas.

As possibilidades de lidar com as fontes orais, o emprego de novas fontes como relatos de viajantes, documentos religiosos e burocráticos do período colonial, registros do tráfico de escravos; e o estudo de novas questões abre caminho para o terceiro momento da historiografia africana, iniciado na década de 1980: a Nova Escola.

Apesar de dividir a historiografia africana em três correntes, Lopes não aprofunda o seu entendimento do que seria esta Nova Escola, apenas afirmar que neste novo momento historiográfico as emoções presentes na Superioridade Africana são deixadas de lado, dando espaço para um trabalho profissionalizado, com técnicas refinadas.

Não obstante, mesmo sem a definição do que seria esta Nova Escola para Carlos Lopes, sabemos que a partir da década de 1980, ocorreu uma verdadeira transformação historiográfica nos estudos sobre África, trazendo novos temas e abordagens advindas das demandas para o entendimento do passado e do presente do continente africano. Questões como a história das mulheres e do gênero, dos trabalhadores rurais e urbanos, das doenças, do saber médico (tradicional e moderno), dos nacionalismos, das lutas

⁴ Para maiores informações sobre Eurocentrismo: BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. In: *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Nº 1 jun./2008.

⁵ Para maiores informações sobre Afrocentrismo: FARIAS, Paulo F. de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. In: *Revista Afro-Ásia*, 29/30 (2003), p. 317-343.



armadas, dos conflitos do continente, das técnicas de produção, das diferentes formas de organização social, das diferentes culturas da e na África tornaram-se os novos objetos de estudos.

Isso só se tornou possível devido a uma ampliação das fontes utilizadas, e também das novas possibilidades de pesquisas multidisciplinares, trabalhando com outras áreas de conhecimento como a arqueologia, linguística, antropologia e biologia. Novas perguntas, novos aportes teóricos, novas demandas para o entendimento do passado africano, tudo isso permeia este período iniciado em 1980, e neste sentido, há uma perspectiva que começa a se fortalecer a partir daquele momento, a “*Atlantic History*” (História Atlântica).⁶

HISTÓRIA ATLÂNTICA: NOVAS POSSIBILIDADES

A História Atlântica é uma nova abordagem que parte da premissa de que a África não era isolada, e que, portanto, havia uma integração tanto entre as populações locais como com as europeias, que eram estabelecidas através do Oceano Atlântico. Estas relações estabelecidas não são tratadas por estes novos estudos na perspectiva da metrópole-colônia, centro-periferia. O objetivo é uma análise não hierarquizada e não eurocêntrica, que permita descortinar as especificidades tanto da África quanto das Américas, e vinculá-las a um contexto mundial. O recorte temporal contemplado por essa perspectiva se inicia com a chegada de Colombo às Américas, porém há divergências quanto ao término, pois para alguns pesquisadores ele se dá com o período das revoluções e independências (1835) e para outros com o fim da escravidão (em 1888 nas Américas, mas não antes da metade do século XX em África).

A *História Atlântica* é um modo de investigação histórica que enfatiza aspectos que ultrapassam ou transcendem isolamentos impostos por fronteiras nacionais, por relações colônia/império, pelo eurocentrismo e pelo foco nas grandes civilizações. Ela se propõe a analisar o objeto de pesquisa sempre em relação com o mundo atlântico daquele momento, ressaltando as conexões, as redes diaspóricas, os intercâmbios, dando assim protagonismo à lugares e populações usualmente tidas como coadjuvantes e passivas. Russell-Wood nos traz uma conceitualização pontual:

⁶ Ao longo do artigo utilizaremos tanto o termo *Atlantic History* quanto sua tradução, História Atlântica, pois diversos autores citados os utilizam simultaneamente.



A *Atlantic History* é um constructo analítico e uma categoria explícita de análise histórica que os historiadores têm delineado para ajudá-los na organização dos estudos de algumas das marchas dos acontecimentos da época moderna: o surgimento no século catorze, e desenvolvimento subsequente da bacia Atlântica como um sítio onde deviam ser localizadas várias formas de intercâmbio: demográfico, econômico, social, e cultural inter alia, entre e dentro dos quatro continentes ao redor do Oceano Atlântico – Europa, África, América do Sul e a América do Norte – e todas as ilhas contíguas a estes continentes e naquele oceano. (Russell-Wood, 2009, p. 20)

Objetivo da *Atlantic History* é não ser um modelo fechado, que restringe as pesquisas ou que as deformem para caber no conceito. Pelo contrário, ela busca uma flexibilidade e tenta fugir de lugares comuns como colônia, nação, império; o que possibilita ao historiador transcender os parâmetros à que está acostumado, pois ela aborda a dominação europeia, mas não é eurocêntrica, da mesma forma que aborda a história da África sem ser afrocêntrica. Assim, podemos considerar que é um modo de olhar o global e o regional, buscando características em comum ou ressaltando as diferenças. Vale enfatizar que mesmo sendo uma perspectiva ampla, seus limites são impostos pela noção espacial geográfica e pelo recorte temporal.

Procurando aprofundar teoricamente o conceito de forma a não cair em generalizações ou perder o real foco destes estudos, o historiador britânico David Armitage o divide em três:

Circum-Atlantic history – a história transnacional do mundo atlântico.

Trans-Atlantic history – a história internacional do mundo atlântico.

Cis-Atlantic history – história nacional ou regional com um contexto atlântico. (Armitage, 2002, p.15, tradução da autora.)

O autor propõe esta tipologia tripla não com a intenção de delimitar os termos, mas sim de encontrar uma dinâmica que possa abranger todas as formas possíveis de se fazer a *História Atlântica*.

A *Circum-Atlantic history* é para Armitage (2002, p. 16, tradução da autora) a “história do Atlântico como uma zona particular de trocas e intercâmbios, circulação e transmissão”. É a história do oceano como um palco, onde circulam ideias, doenças e produtos. É a história das pessoas que o atravessaram e que viveram em comunidades que surgiram devido ao trânsito marítimo, que circulam mercadorias, transportam alimentos e animais. O conceito agrega tudo ao redor e sobre o Atlântico.



A *Circum-Atlantic history* é transnacional na medida em que não se prende a impérios ou aos estados nacionais em formação. O foco são as trocas comerciais, culturais, linguísticas, econômicas que ocorrem nas margens tocadas pelo oceano, sem se prender a uma narrativa linear, podendo abarcar períodos de tempo diferentes. Como exemplo de um trabalho com esta visão, há a obra de Paul Gilroy, o *Atlântico Negro*, lançado em 1993 e traduzido para o português em 2001.

Por sua vez, a *Trans-Atlantic history* focaliza nas análises comparativas. Esta perspectiva é possibilidade pelo fluxo de circulação que conectam regiões e populações afastadas (que é tema da *Circum-Atlantic history*), mas que devido ao tráfego no Atlântico acabam vivenciando e se apropriando das mais diversas trocas. Armitage afirma que:

Trans-Atlantic history concentra-se nas margens do oceano, e pressupõe a existência de diferentes nações e estados, bem como sociedades e as formações econômicas (como plantações ou cidades), ao redor da borda do Atlântico. Pode trazer estas singularidades em comparação significativa, porque já compartilham algumas características comuns, em virtude de serem parte das relações circum-atlânticas. (Armitage, 2002, p. 191, tradução da autora).

Ou seja, esta abordagem objetiva perceber e comparar tanto as diferenças quanto as semelhanças existentes no mundo atlântico, independentemente do lugar de origem, por isso ela é transnacional, uma vez que analisa diferentes sociedades. E também se preocupa em ser efetivamente deste modo, ao invés de trans-imperial, e, por conseguinte, estudar somente as diferenças entre impérios distintos ou a dicotomia centro-periferia.

O último conceito apresentado é o da *Cis-Atlantic history*, e se concentra nas histórias regionais e nacionais permeadas pelo mundo atlântico. É a história de qualquer objeto de pesquisa que possui relação com o contexto atlântico, e por isso, retrata os efeitos locais destes fluxos oceânicos.

Este campo é o que tem recebido maior enfoque do meio acadêmico, e de acordo com a historiadora Alison Games, é o mais acessível para os historiadores, pois não exige investigações em arquivos de diferentes países e fontes em diversas línguas.

A formação dos estados nacionais no final do século XIX acarretou no surgimento das histórias nacionais, que por sua vez, não foram estabelecidas de modo a dialogar com as histórias nacionais de outros países, mostrando as conexões e



influências existentes. A *Cis-Atlantic history* é uma forma de conectar estas histórias, pois manifesta o que há de comum entre elas, e como as mesmas são moldadas pela relação com o oceano.

A história de porto e cidades portuárias, por exemplo, é um bom exemplo de exercícios desta perspectiva de análise, pois a mesma engloba todas as populações que tiveram contato com estrangeiros neste espaço atlântico. São os frutos destas pesquisas que possibilitam trabalhos em conformidade com a *Trans-Atlantic history*, pois são as especificidades encontradas que possibilitam as histórias comparadas.

O autor crê que por mais que esta última forma de análise pareça a mais superficial, na realidade é a mais profunda, uma vez que permite o contato direto com os agentes históricos, com o cotidiano das pessoas, com as formas de pensar e com os produtos comercializados no mundo atlântico.

Estas três abordagens não possuem um caráter determinista e nem excluem uma a outra, pelo contrário, elas se complementam e estão intrinsecamente interligadas. Esta flexibilidade conceitual abre um leque de possibilidades de pesquisas, de temas nacionais, internacionais e transnacionais, de histórias regionais, comparadas e de fluxos. Ao mesmo tempo, é justamente a fluidez do termo que o torna vulnerável à críticas, pois a falta de delimitações pode acarretar em uma perda do foco dos estudos.

O NASCIMENTO DESTE NOVO CAMPO

O historiador estadunidense Bernard Baylin, autor de *Atlantic History: Concepts and Contours* é uma das grandes referências para se pensar a História Atlântica. Ele afirma que após a Segunda Guerra Mundial, as pesquisas em história sofreram inúmeras mudanças, se abrindo para novas possibilidades. Neste contexto, o termo “atlântico” começa a ser usado primeiramente pelos jornalistas Forrest Davis e Walter Lippmann para se referir à nova comunidade que estava sendo forjada pelos Estados Unidos, em uma tentativa de criar uma aliança e uma unidade internacional. O discurso para a origem em comum desta comunidade afirmava que a civilização ocidental tinha suas raízes em tradições greco-romanas e judeu-cristãs, e que por essa descendência, todos partilhavam de uma cultura em comum.

Os esforços para tal objetivo tinha como meta afastar o fantasma do Comunismo, que no discurso oficial era descrito como uma ameaça ao Cristianismo.



Porém, na realidade, o real perigo era para a hegemônica liderança estadunidense sobre outros países, principalmente os da América Latina. Para conter essa expansão, historiadores se dedicaram à proteção do Cristianismo e da comunidade atlântica. A partir daí, historiadores como Jacques Godechot (1947), Michael Kraus (1949) e R. R. Palmer (1959), começam a escrever os primeiros trabalhos do que hoje chamamos de História Atlântica. Contudo, cabe apontar que estes primeiros esforços ainda estavam muito presos aos modelos tradicionais de Civilizações ocidentais.

Entre 1954 e 55, Godechot e Palmer escrevem em conjunto um artigo “*Le Problème de l’Atlantique*” para uma apresentação no Décimo Congresso Internacional de História, em Roma, que reuniu todas as representações já existentes sobre o mundo atlântico – feitas por jornalistas, historiadores e políticos – e lançam uma série de questionamentos desafiadores para este novo campo. Uma das principais indagações postas foi:

Não tinha o oceano atlântico, como o Mediterrâneo de Braudel, ‘tornado-se uma bacia em torno do qual uma nova civilização lentamente havia formado, uma civilização atlântica?’ ...barreira ou vínculo, tal é o problema do Atlântico. (Baylin apud Godechot e Palmer, 2005, p. 25.)

Este trabalho de Braudel sobre o Mediterrâneo, de acordo com Alison Games, aparentemente serviu de inspiração para a construção de uma história de um oceano e das terras às suas margens. Entretanto, a autora ressalta que o modelo de Braudel para o Mediterrâneo não pode ser aplicada para o Atlântico, pois o mesmo possui uma variedade climática, ambiental e social muito mais diversificada que o Mediterrâneo, que já era conectado e globalizado antes da chegada dos europeus.

Os estudos sobre o tráfico de escravos também deram importantes contribuições para este campo, como o trabalho seminal de Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, de 1969. Curtin mostrou novas possibilidades de abordagem, e despertou o interesse de pesquisadores de história de demográfica e migrações. De acordo com Baylin, uma geração foi inspirada por tais estudos, o que culminou, em 1999, na criação do banco de dados *Trans-Atlantic Slave Trade*, uma produção de esforços de pesquisadores de diferentes países que agrega informações sobre o tráfico de escravos.

Outra grande contribuição da história econômica, conforme afirma Baylin:



A produção de elementos para a construção de um sistema econômico Atlântico unido por um grande número de redes de comércio, fluxos monetários e de capitais, mercados de trabalho intercontinentais, e os padrões de distribuição pan-oceânicas. A maioria destes estudos foi confinada, no entanto, em fronteiras nacionais, em parte porque as fontes estavam concentrados em arquivos nacionais, em parte porque as doutrinas do mercantilismo foram encarados como tendo sido eficaz na prática, e em parte porque os historiadores foram acostumados a pensar em categorias nacionalistas. Os jovens historiadores econômicos do pós-guerra pressionaram contra essas limitações e começaram a descobrir os sinais de um mundo mais complexo. (Baylin, 2005, p. 44)

Deste modo, os historiadores do campo da Economia desenvolveram uma percepção de que todas as partes vitais da economia atlântica só poderia ser compreendida em relação à todo o mundo atlântico, e não através de perspectivas regionais e com caráter isolado. E para isso, passaram a enfatizar os aspectos humanos, individuais, empreendedores e a interdependência do comércio, o que trouxe novos olhares e possibilidades de conexões dentro desse sistema atlântico.

Estas novas possibilidades de estudos propiciaram a criação a criação da primeira cátedra sobre o tema na década de 1970, na *Johns Hopkins University*. Entretanto, é a partir da década de 1990 que ocorre o crescimento de cursos, revistas e teses dedicados ao tema, principalmente após o Seminário Internacional de História Atlântica, organizado pela *Harvard University*.

Obviamente, como qualquer campo, a História Atlântica é passível de críticas, que têm sido, e devem ser feitas, uma vez que a escrita da história, e conseqüentemente seu aporte teórico, é fruto de seu tempo, portanto, sofre todo tipo de influência da sociedade ao seu redor.

CRÍTICAS E LIMITAÇÕES

Uma das maiores críticas é acerca da invenção do Atlântico em si. Autores como Games e Millet afirmam que as pessoas que viviam no período não viam aquela grande quantidade de água como um oceano, mas sim como diversos mares; e muito menos o viam como o agregador de uma grande comunidade atlântica. Para Millet (2011, p. 22, tradução da autora), essa é “uma construção artificial que não reflete precisamente a visão de mundo dos contemporâneos”. E que, portanto, procura investigar uma realidade que jamais existiu. David Armitage, assim como Leila Hernandez, afirma que o mesmo é uma invenção europeia - apesar da contribuição das mais diversas populações para sua

construção - uma vez que só foi interligado a partir das primeiras navegações de portugueses e espanhóis. Realidade diferente, por exemplo, do Oceano Índico, que já era muito bem integrado e já possuía um intenso fluxo antes da chegada dos europeus.

Para Armitage:

O oceano é uma invenção europeia “não porque europeus foram seus únicos habitantes, mas porque os europeus foram os primeiros a conectar os quatro lados em uma única entidade, tanto como um sistema quanto como uma representação de uma característica natural e discreta” (Armitage, 2002, p. 12, tradução da autora).

Por sua vez, Games assevera que o oceano não é a única invenção para o contexto, uma vez que os continentes africano e americano também são inventados. Esta opinião é partilhada por outros historiadores, como Leila Hernandez e Anderson Oliva. Logo, os componentes da História Atlântica (o oceano e dois dos três continentes que o circundam) são produtos e imposições modernas. A historiadora também critica o caminho que esta perspectiva vem tomando, pois defende que os trabalhos estão quase todos voltados para o lado ocidental do Atlântico, com especial ênfase na história das Américas.

Millet ainda coloca que o esforço da *Atlantic History* é válido, mas que para alguns autores não há possibilidade de se fazer uma análise profunda tendo como arcabouço essa transposição de uma entidade geográfica para um conceito historiográfico, pois assim o esforço da globalização se limita, e ainda se corre o risco de só mudar roupagem da já desgastada História das Civilizações Ocidentais.

Trevor Burnard faz, por sua vez, uma ácida crítica à institucionalização da História Atlântica como uma nova área de saber acadêmico, pois ele vê este processo como uma situação gerada por historiadores para alavancar suas carreiras. Ele também questiona os rumos tomados por esta corrente, pois a História Atlântica se propunha inicialmente a ser uma história que conectasse o mundo e tivesse um caráter globalizante. Contudo, a seu ver, ela se mantém como uma continuação das influências da micro-história e dos estudos de comunidades em pequena escala, que marcaram o final da década de 1970, e início de 1980, e que conserva os estudos desconectados de um processo maior. Não obstante as críticas direcionadas, Burnard vê de forma positiva as mudanças trazidas pela História Atlântica e a revigorada que a mesma deu à academia.



Millet também traz importantes reflexões ao questionar o lugar ocupado pela história da África e da Diáspora dentro desta perspectiva. O autor explicita o papel-chave ocupado pelo continente e seus habitantes para o mundo atlântico, entretanto, critica a forma como isso tem sido abordado, pois raramente transpõe o tema da escravidão:

A grande maioria das obras começa durante ou após a "passagem do meio" e raramente consideram plenamente as mudanças que foram operadas na própria África, bem como a interação contínua do continente com o resto do mundo. Outra questão se coloca no outro extremo do espectro, com a falta de atenção dada às experiências pós-emancipação das pessoas de ascendência africana no mundo Atlântico. Se houve uma tendência para iniciar a história da diáspora africana abruptamente deixando África de fora, então há igualmente uma tendência para terminar abruptamente essa história (Millet, 2011, p. 26, tradução da autora).

Joseph Miller também é partidário desta opinião, e acredita que ainda faltam estudos sobre as formas exclusivamente criativas em que os africanos se adaptaram à alteração das circunstâncias globais. Contudo, apesar das críticas, Millet analisa uma série revistas acadêmicas destinadas à História Atlântica e observa que a maioria dos trabalhos dedicados à história da Diáspora Africana se define como História Atlântica, e também ressalta a importância central do tema da diáspora para o contínuo crescimento do campo.

Uma pesquisa similar foi realizada por Vanicléia Silva Santos ao avaliar as produções de monografias nas universidades brasileiras dedicadas à História da África. A autora afirma que:

[...] a maior parte dos estudos realizados na última década tem como tema as relações Brasil-África. De certo modo, ainda continua valendo a premissa de Nina Rodrigues – os estudiosos brasileiros estudam a África e os africanos para compreender o Brasil. Por outro lado, têm surgido outras investigações cujo foco não são apenas as relações comerciais e culturais entre Brasil e o continente africano, mas entender as dinâmicas de cada sociedade em suas relações internas e externas seja com o Atlântico ou o Índico. (Santos, 2012, p. 9)

Ou seja, no Brasil, a maior parte dos estudos ainda não é dedicada à história da África e da Diáspora Africana, apesar do crescimento de mais de mais de 500% de



monografias brasileiras dedicadas ao tema nos últimos dez anos, Anderson Oliva também comenta sobre esta questão:

Apesar desses avanços, ainda existe a necessidade de dinamizar os estudos da África e desvinculá-los daqueles ligados às temáticas afro-brasileiras, para percebê-los em seu próprio eixo histórico africano ou naquilo que é chamado de contexto ou Mundo Atlântico. Mesmo que o objetivo final desses estudos seja entender as relações históricas entre a África e o mundo, é preciso que os historiadores voltem suas óticas para a própria África, ou que, a partir dela, visualizem suas interações com outras regiões. (Oliva, 2004, p. 31)

Este interesse tardio por África no Brasil é refletido no baixo número de professores especializados, de cursos oferecidos, nas disciplinas obrigatórias nos cursos de graduação e no acesso ao material didático, pois há pouco interesse em publicações e traduções de livros por parte das editoras. Além, é claro, nos estereótipos e preconceitos que ainda permeiam o imaginário da população.

CONCLUSÃO

Como já foi ressaltado no início do texto, a divisão criada por Carlos Lopes não é totalizante ou engessada, mas sim uma prática ferramenta para compreender as mudanças na produção de historiografias sobre o continente africano. Podemos perceber claramente os avanços e transformações entre a primeira e segunda corrente. Mas, infelizmente, o autor não desenvolve seus argumentos sobre a terceira corrente, e os avanços indicados por ele podem ser interpretados de diversas maneiras.

A História Atlântica não foi apontada abertamente pelo autor como integrante desta Nova Escola. Contudo, as contribuições que esta perspectiva trouxe causou grande impacto na História da África, e por esta importância, consideramos importante analisá-la.

Embora esteja permeando a os trabalhos acadêmicos no Brasil desde a década de 1980, o pensamento teórico à respeito do tema no país ainda são dependentes da produção estadunidense. Prova disso é a escassez de artigos ou livros produzidos por brasileiros/as que se dediquem ao tema da História Atlântica, pois mesmo a tradução de obras para o português ainda não é frequente. Não obstante, pesquisas sobre a temática têm aumentado vertiginosamente no Brasil, e grande parte destas obras pode ser definida como História Atlântica.

Já em um panorama mundial, percebemos a estabilização do tema como um campo sólido de pesquisa e que ainda está em aberto crescimento. O desenvolvimento dos pressupostos teóricos e metodológicos está em constante renovação, acompanhando as demandas da sociedade e os novos questionamentos que são inquiridos constantemente. Talvez esta seja uma das principais razões para o sucesso da História Atlântica, sua fluidez e flexibilidade.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, DAVID. Three concepts of Atlantic History. In: ARMITAGE, DAVID; BRADDICK, Michael J. *The British Atlantic World, 1600-1800*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002.

BAYLIN, Bernard. *Atlantic History: Concepts and Contours*. Cambridge: Harvard Press University, 2005.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. In: *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* Nº 1 jun./2008.

BURNARD, Trevor. The Rise and Rise (and Fall?) of Atlantic History. In: YERXA, Donald A. (Org.). *Recent themes in the history of Africa and the Atlantic World: historians in conversation*. Columbia: University of South Carolina Press, 2008.

COOPER, Barbara M. Oral Sources and the Challenge of African History. In: PHILIPS John Edward (Ed.). *Writing African History*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2005, p. 191-215.

FAGE, John D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. (Org.). *História Geral da África, V. I. Metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Ática: UNESCO, 1982.
FARIAS, Paulo F. de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. In: *Revista Afro-Ásia*, 29/30 (2003), p. 317-343.

DUCHESNE, Ricardo. The Way of Africa, “The Way I Am”, and the Hermeneutic Circle. In: YERXA, Donald A. (Org.). *Recent themes in the history of Africa and the Atlantic World: historians in conversation*. Columbia: University of South Carolina Press, 2008.

GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. Oxford: *American Historical Review*, June 2006.

GREEN, Toby. *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1330-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HERNANDEZ, Leila Leite. O Olhar imperial e a invenção da África. In: *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. Belo Horizonte: Selo Negro, 2005, pp. 17-44.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.



KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Volume 1. Portugal: Publicações Europa-América, 1972.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, pp. 21-29.

MILLET, Nathaniel. An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History. In: *African and Black Diaspora*. Chicago: n.1, 2011, p.21-34.

NIANE, Djibril Tamsir. *Sundjata ou a Epopéia Mandinga*. Coleção Autores Africanos. São Paulo: Editora Ática, 1982.

OLIVA, Anderson. A História da África em perspectiva. In: *Revista Múltipla*, Brasília: Ano IX - vol. 10 – nº 16, Junho de 2004.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History". *História*, 2009, vol.28, no.1, p.17-70.

SANTOS, Vanicléia Silva. A redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012). In: FERRAO, J. (Org.). *Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP*. LISBOA: AULP, 2012, v. 22, p. 120-135.

VANSINA, Jan. *Oral Tradition as History*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

YERXA, Donald A. (Org.). *Recent themes in the history of Africa and the Atlantic World: historians in conversation*. Columbia: University of South Carolina Press, 2008.

Recebido em janeiro de 2016
Aprovado em março de 2016